

GABINETE DO CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA

RESOLUÇÃO Nº : 15.684

Processo nº.: 202101824-00
Assunto: Consulta
Município: Oriximiná
Órgão Câmara Municipal
Exercício: 2021
Interessado: Marcelo Augusto Andrade Surubbi
Instrução: Gab. Cons. Daniel Lavareda
Relator: Conselheiro Luis Daniel Lavareda Reis Junior

Tribunal de Contas dos Municípios
Ato publicado no D.O.E nº 1020
de 14.05.21, pg. 15
Responsável

EMENTA: CONSULTA. PROCESSO LICITATÓRIO, ART. 29, III, DA LEI Nº 8.666/93. CERTIDÃO DE MUNICÍPIO DIVERSO DA SEDE DA LICITANTE. POSSIBILIDADE. REQUISITOS IMPOSTOS PELA JURISPRUDÊNCIA DO STJ.

1. Há possibilidade de que a certidão que comprove a regularidade junto a fazenda municipal não seja da sede ou domicílio da empresa licitante, desde que se trate de certidão expedida à sua filial pelo município que promove o processo licitatório e que seja esta filial a responsável efetiva pela prestação assumida no contrato.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos que tratam de **CONSULTA**, formulada em tese e respondida nos termos do disposto no **art. 1º, inciso XVI, da LC n.º 109/2016**, acordam os **Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará**, por unanimidade, em **aprovar** a resposta à **CONSULTA**, nos termos da Ata da Sessão e do Relatório e Voto do Conselheiro Relator, que passam a integrar esta decisão: Sim, há possibilidade de que a certidão que comprove a regularidade junto a fazenda municipal não seja da sede ou domicílio da empresa licitante, desde que se trate de certidão expedida à sua filial pelo município que promove o processo licitatório e que seja esta filial a responsável efetiva pela prestação assumida no contrato.

Sessão Virtual do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em **05 de maio de 2021.**

GABINETE DO CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA

RESOLUÇÃO Nº : 15.684

Mara Lúcia B. da Cruz
Conselheira **Mara Lúcia**
Presidente

[Assinatura]
Conselheiro **Daniel Lavareda**
Relator

Presentes: Conselheiros presentes Sérgio Leão, Antônio José, Cezar Colares, José Carlos Araújo e Lúcio Vale. MPC, Procuradora Maria Inez de Mendonça Gueiros.



RESOLUÇÃO Nº.

Processo nº 202101824-00 – Consulta da Câmara Municipal de Oriximiná, exercício 2021, de responsabilidade do Sr. Marcelo Augusto Andrade Surubbi.

Processo: 202101824-00
Assunto: Consulta
Município: Oriximiná
Órgão: Câmara Municipal
Interessado: Marcelo Augusto Andrade Surubbi
Relator: Conselheiro Luis Daniel Lavareda Reis Júnior
Exercício: 2020

RELATÓRIO

A CÂMARA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ, durante o exercício de 2021, encaminhou CONSULTA, com amparo no artigo 231 e seguintes, do RI/TCM-PA (Ato nº 23), na qual expôs situação, em tese, relativa à formação regular de processo licitatório, consignando, em apertada síntese, a manifestação desta Corte de Contas, quanto a seguinte questão:

1) Há possibilidade de aceitabilidade, em formação de processo licitatório e para cumprimento do disposto no inciso III, do art. 29, da Lei 8.666/93, de certidão municipal de regularidade junto a fazenda de outro município que não o da sede ou domicílio da empresa licitante?

1 – Quanto a possibilidade de aceitabilidade de certidão de regularidade junto a fazenda municipal de ente diverso daquele constante como sede ou domicílio da empresa licitante.

Deve-se, de antemão, considerar qual o intuito do legislador ao dispor sobre a necessidade de apresentação de documento que demonstre a regularidade fiscal do pretenso licitante, por isso colaciono o que dispõe o dispositivo em foco:



RESOLUÇÃO Nº.

Processo nº 202101824-00 – Consulta da Câmara Municipal de Oriximiná, exercício 2021, de responsabilidade do Sr. Marcelo Augusto Andrade Surubbi.

caso, consistirá em:

I - prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Geral de Contribuintes (CGC);

II - prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

III - prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei; (grifo nosso).

Da leitura acima, resta cristalina a vontade do legislador de que o futuro contratado, a fim de demonstrar sua saúde fiscal e possibilitar sua habilitação no processo licitatório, comprove que está sem débitos com a fazenda federal, estadual ou municipal, com o intuito de se evitar a avença com quem sequer consegue cumprir com suas obrigações perante o fisco.

Para o fim proposto, o legislador elegeu como ponto de referência, no caso dos municípios, a sede ou domicílio do licitante, sendo que a sede é aquela eleita pela empresa em seus atos constitutivos, enquanto o domicílio fiscal, segundo o que preconiza o Código Tributário Nacional é, em regra, o local eleito por essa, senão vejamos:

Art. 127. Na falta de eleição, pelo contribuinte ou responsável, de domicílio tributário, na forma da legislação aplicável, considera-se como tal:

I - quanto às pessoas naturais, a sua residência habitual, ou, sendo esta incerta ou desconhecida, o centro habitual de sua atividade;

II - quanto às pessoas jurídicas de direito privado ou às firmas individuais, o lugar da sua sede, ou, em relação aos atos ou fatos que deram origem à obrigação, o de cada estabelecimento;

III - quanto às pessoas jurídicas de direito público, qualquer de suas repartições no território da entidade tributante.

§ 1º Quando não couber a aplicação das regras fixadas em qualquer dos incisos deste artigo, considerar-se-á como domicílio tributário do contribuinte ou responsável o lugar da situação dos bens ou da ocorrência dos atos ou fatos que deram origem à obrigação.

(...) (grifo nosso)

Ademais, caso esse não eleja o domicílio, será considerado, para fins tributários, quanto a pessoas jurídicas de direito privado ou firmas individuais, o lugar da sua sede, ou em relação aos fatos que deram origem à obrigação, o de cada estabelecimento.



RESOLUÇÃO Nº.

Processo nº 202101824-00 – Consulta da Câmara Municipal de Oriximiná, exercício 2021, de responsabilidade do Sr. Marcelo Augusto Andrade Surubbi.

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, por sua vez, fazendo interpretação teleológica do dispositivo, tem entendido que o a exigência de regularidade fazendária de filial do licitante junto ao próprio ente que promova o certame, independente da situação da matriz da empresa, é razoável, uma vez que é perante esse que cumprirá com o objeto avençado, por isso, vejamos:

APELAÇÃO CÍVEL. ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. CONCESSÃO EM 1º GRAU. LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO. EMPRESA QUE GANHA O CERTAME, MAS EM SEGUIDA É DESCLASSIFICADA PORQUE EXIBE DOCUMENTAÇÃO FISCAL COM CNPJ DIVERSO (MATRIZ) DAQUELE APRESENTADO COM A PROPOSTA (FILIAL). INTELIGÊNCIA DO ART. 29, INC. III DA LEI 8666/93. EXIGÊNCIA LEGAL. PRECEDENTES DO STJ. SENTENÇA REFORMADA. APELAÇÃO PROVIDA. REEXAME NECESSÁRIO, CONHECIDO DE OFÍCIO, PREJUDICADO. "A exigência editalícia relativa à comprovação de regularidade fiscal da filial perante a Fazenda Pública municipal responsável pela licitação, independentemente da situação fiscal da matriz situada em município diverso, é razoável e encontra respaldo na interpretação teleológica do art. 29, III, da Lei 8.666/93. (...)" (STJ - RESP 200600011565 - (809262) - RJ - 1ª T - Relª. Min. Denise Arruda - DJU 19.11.2007 - p. 00190). (TJPR - 4ª C.Cível - AC - 403963-2 - Curitiba - Rel.: Juiz Rogério Ribas - Unânime - J. 14.04.2009) (TJ-PR - APL: 4039632 PR 403963-2 (Acórdão), Relator: Juiz Rogério Ribas, Data de Julgamento: 14/04/2009, 4ª Câmara Cível, Data de Publicação: DJ: 139 18/05/2009)

ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. LICITAÇÃO. CONCORRÊNCIA PÚBLICA. EXIGÊNCIA EDITALÍCIA DE REGULARIDADE FISCAL DA FILIAL DA EMPRESA PERANTE A FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL. SUPOSTA OFENSA AO ART. 29, III, DA LEI 8.666/93. NÃO-OCORRÊNCIA. DOUTRINA. PRECEDENTE. DESPROVIMENTO. 1. A recorrente impetrou mandado de segurança contra ato do Diretor da Divisão de Preparo de Licitações da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro/RJ, pleiteando, em síntese, afastar exigência prevista no edital de licitação 03 Concorrência Pública 01/2002, destinada à aquisição de cimento asfáltico de petróleo 03 concernente à regularidade fiscal imobiliária da filial perante a municipalidade, sob o argumento de que a Lei 8.666/93 somente exige a respectiva certidão do domicílio ou sede da empresa. 2. A

GABINETE DO CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA**RESOLUÇÃO Nº.**

Processo nº 202101824-00 – Consulta da Câmara Municipal de Oriximiná, exercício 2021, de responsabilidade do Sr. Marcelo Augusto Andrade Surubbi.

exigência editalícia relativa à comprovação de regularidade fiscal da filial perante a Fazenda Pública Municipal responsável pela licitação, independentemente da situação fiscal da matriz situada em município diverso, é razoável e encontra respaldo na interpretação teleológica do art. 29, III, da Lei 8.666/93. 3. "Constatado que a filial da empresa ora interessada é que cumprirá o objeto do certame licitatório, é de se exigir a comprovação de sua regularidade fiscal, não bastando somente a da matriz, o que inviabiliza sua contratação pelo Estado. Entendimento do artigo 29, incisos II e III, da Lei de Licitações, uma vez que a questão nele disposta é de natureza fiscal" (REsp 900.604/RN, 1ª Turma, Rel. Min. Francisco Falcão, DJ de 16. 4.2007). 4. Isentar a recorrente de comprovar sua regularidade fiscal perante o município que promove a licitação viola o princípio da isonomia (Lei 8.666/93, art. 3º), pois estar-se-ia privilegiando os licitantes irregulares em detrimento dos concorrentes regulares. 5. Recurso especial desprovido.

(STJ - REsp: 809262 RJ 2006/0001156-5, Relator: Ministra DENISE ARRUDA, Data de Julgamento: 23/10/2007, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJ 19.11.2007 p. 190).

Dessa forma, vislumbra-se possibilidade de que a certidão exigida não seja necessariamente dada pelo município sede da empresa licitante, mas dada à sua filial no ente político de ordem municipal que promoverá o processo de contratação, uma vez que ali será o local de realização do contrato, o que atrai a maior necessidade de regularização perante o fisco. Além do que, evita-se que com o objetivo de se aplicar a legislação sem qualquer sopesamento, acabe se permitindo que filial, responsável pelo cumprimento do contrato, em situação irregular perante a fazenda local, apresente certidão da sede da empresa, que é de ente municipal diverso, a pretexto de cumprir os requisitos de habilitação impostos pela lei de regência.

É o relatório


Daniel Lavareda
Conselheiro TCMPA



RESOLUÇÃO Nº.

Processo nº 202101824-00 – Consulta da Câmara Municipal de Oriximiná, exercício 2021, de responsabilidade do Sr. Marcelo Augusto Andrade Surubbi.

VOTO

PRELIMINARMENTE, cumpre analisar a admissibilidade da presente **Consulta**, a qual se confirma, dado o atendimento das formalidades insculpidas nos **arts. 231 e 232¹ do Regimento Interno do TCM/PA – RITCM/PA (Atualizado pelo Ato nº 23)²**, tendo sido formulada por autoridade competente (art. 232, inciso II, do RITCM-PA), para além de suscitada em forma de tese, acerca de tema de grande relevância às atividades de controle externo, realizadas por esta Corte de Contas, notadamente, quando possui dentre suas diretrizes, a função pedagógica junto aos jurisdicionados na constitucional aplicação dos recursos públicos. Sendo assim, passo a análise de mérito da presente consulta, tal como interposta.

NO MÉRITO, considero como resposta aos quesitos formulados as seguintes teses:

1) Há possibilidade de aceitabilidade, em formação de processo licitatório e para cumprimento do disposto no inciso III, do art. 29, da Lei 8.666/93, de certidão municipal de regularidade junto a fazenda de outro município que não o da sede ou domicílio da empresa licitante?

Sim, há possibilidade de que a certidão que comprove a regularidade junto a fazenda

¹Art. 231. O Tribunal responderá sobre matéria de sua competência às consultas que lhe forem formuladas, conforme o disposto no art. 1.º, XVI, da LC nº 109/2016, devendo atender, cumulativamente, aos seguintes requisitos: I - ser formulada por autoridade legítima; II - ser formulada em tese; III - conter a apresentação objetiva dos quesitos, com indicação precisa da dúvida quanto à interpretação e aplicação de dispositivos legais e regulamentares; IV - versar sobre matéria de competência do Tribunal de Contas. § 1º. A consulta formulada pelos Chefes de Poderes Municipais e demais ordenadores de despesas, vinculados à administração direta ou indireta, deverá, sob pena de inadmissibilidade, ser instruída por parecer jurídico ou técnico emitido pela Procuradoria Municipal; assessoria técnica ou jurídica do órgão ou entidade consulente, opinando acerca da matéria objeto da consulta; § 2º. A critério do Relator, observada a complexidade da matéria submetida sob a forma de consulta, poderá ser dispensado o requisito de admissibilidade fixado no § 1º, deste artigo. Art. 232. Estão legitimados a formular consulta: I - o Prefeito; II - o Presidente da Câmara Municipal; III - os dirigentes de autarquias, sociedades de economia mista, empresas públicas, fundações instituídas e mantidas pelo município, consórcios municipais e conselhos constitucionais e legais; IV - os Conselhos ou órgãos fiscalizadores de categorias profissionais, observada a pertinência temática e o âmbito de representação profissional; V - as entidades, que por determinação legal, são representativas de Poderes Executivos e Legislativos Municipais. VI – as entidades associativas, federativas e confederativas, bem como as entidades do terceiro setor, incluídas no rol de jurisdicionados deste TCM/PA, por imperativo de Lei ou deste Regimento Interno; VII – os demais ordenadores de despesas, sob jurisdição deste TCM/PA.



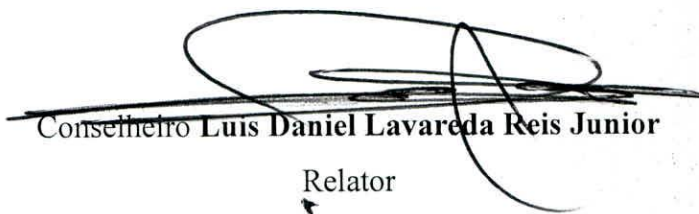
RESOLUÇÃO Nº.

Processo nº 202101824-00 – Consulta da Câmara Municipal de Oriximiná, exercício 2021, de responsabilidade do Sr. Marcelo Augusto Andrade Surubbi.

municipal não seja da sede ou domicílio da empresa licitante, desde que se trate de certidão expedida à sua filial pelo município que promove o processo licitatório e que seja esta filial a responsável efetiva pela prestação assumida no contrato.

Esta é a resposta à consulta formulada, que submeto à deliberação do Egrégio Plenário.

Sessão Virtual do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em **05 de maio de 2021.**


Conselheiro Luis Daniel Lavareda Reis Junior
Relator